

SETE GAMELEIRAS S/A
CNPJ Nº 12.710.327/0001-36

Relatório da Administração

Dando cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, clientes, fornecedores e à sociedade em geral, este relatório da administração e as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31/12/2025, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Os resultados de 2025, embora positivos, foram impactados pelo fenômeno "El Nino", causando simultaneamente a ausência de chuvas na região Norte, Nordeste, que se estendeu para Centro-Oeste e Sudeste, e uma formação de massa quente na região norte, o que provocou uma forte redução na velocidade dos ventos no Nordeste. A partir de maio, quando a velocidade dos ventos melhorou, a exportação de energia elétrica de fonte eólica do submercado Norte/Nordeste para o Sul/Sudeste/Centro-Oeste foi parcialmente limitada pelo Operador Nacional do Sistema - SIN por meio do método conhecido como "curtailment", devido à insuficiência de capacidade do sistema de transmissão entre essas regiões, reduzindo o que seria uma melhor performance das eólicas. No resultado geral dos referidos eventos, a Companhia logrou o êxito de auferir uma receita líquida, advinda da comercialização de energia, da ordem de R\$ 29.300 milhões e lucro líquido de R\$ 9.886 milhões, com detalhes evidenciados nas demonstrações contábeis e em suas notas explicativas. Recife - PE. A Diretoria.

Diretores:

Ricardo Jerônimo Pereira Rêgo Júnior
Adriano Bezerra Magalhães

Amilton Queiroz da Silva
Contador - CRC PE - 013330/O-3

Sete Gameleiras S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da
Sete Gameleiras S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sete Gameleiras S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Gameleiras S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 17 de abril de 2025, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

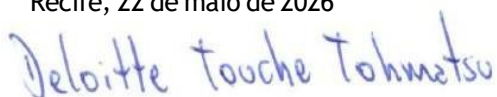
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 22 de maio de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PE



Matheus Mezer Maia
Contador
CRC nº 1 CE 027557/O-4

SETE GAMELEIRAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.426	2.845
Contas a receber	5	3.079	3.014
Estoques		-	44
Tributos a recuperar		93	121
Outros créditos		<u>345</u>	<u>347</u>
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		<u>18.943</u>	<u>6.371</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Aplicações financeiras	4	-	33.850
Tributos a recuperar		9	8
Direito de uso	7	2.304	2.418
Imobilizado	8	50.547	55.833
Intangível		<u>24</u>	<u>25</u>
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>52.884</u>	<u>92.134</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>71.827</u></u>	<u><u>98.505</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SETE GAMELEIRAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		624	792
Empréstimos e financiamentos	9	-	5.282
Passivo de arrendamento	10	56	52
Salários e encargos sociais a pagar		143	213
Tributos a recolher	11	1.123	1.307
Dividendos propostos e a pagar	14	-	1.730
Outras contas a pagar	13	19.014	18.751
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		<u>20.960</u>	<u>28.127</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	9	-	19.944
Passivo de arrendamento	10	2.708	2.764
Provisão para desmobilização	12	4.372	3.876
Outras contas a pagar	13	3.372	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>10.452</u>	<u>26.584</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	36.159	36.159
Reservas de lucros		4.256	7.635
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>40.415</u>	<u>43.794</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>71.827</u>	<u>98.505</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SETE GAMELEIRAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação em reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	29.300	27.333
Custo com a venda de energia	16	(17.938)	(17.145)
LUCRO BRUTO		<u>11.362</u>	<u>10.188</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	16	(347)	(1.047)
Outras despesas operacionais	16	-	(1)
		<u>(347)</u>	<u>(1.048)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>11.015</u>	<u>9.140</u>
Receitas financeiras	17	2.951	3.364
Despesas financeiras	17	(2.062)	(3.283)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>889</u>	<u>81</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>11.904</u>	<u>9.221</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18	(2.020)	(1.939)
Diferido		2	(1)
		<u>(2.018)</u>	<u>(1.940)</u>
Lucro líquido do período		<u>9.886</u>	<u>7.281</u>
Lucro por ação em Reais		0,44	0,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SETE GAMELEIRAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do período	9.886	7.281
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>9.886</u>	<u>7.281</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SETE GAMELEIRAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		33.717	2.083	2.443	-	38.243
Distribuição de dividendos		-	-	(2.443)	-	(2.443)
Aumento de capital		2.442	-	-	-	2.442
Lucro líquido do período		-	-	-	7.281	7.281
Destinação do lucro:	14					
Constituição de reserva legal		-	365	-	(365)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.729)	(1.729)
Dividendos adicionais propostos		-	-	5.187	(5.187)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		36.159	2.448	5.187	-	43.794
Distribuição de dividendos	14	-	-	(5.187)	-	(5.187)
Lucro líquido do período		-	-	-	9.886	9.886
Destinação do lucro:	14					
Constituição de reserva legal		-	494	-	(494)	-
Dividendos intercalares		-	-	-	(8.078)	(8.078)
Dividendos adicionais propostos		-	-	1.314	(1.314)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		36.159	2.942	1.314	-	40.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SETE GAMELEIRAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		9.886	7.281
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período:			
Depreciação e amortização	16	5.286	5.287
Amortização - direito de uso	16	114	114
Ajuste a valor presente - provisão para desmobilização	17	496	440
Ajuste a valor presente - arrendamentos	17	260	368
Rendimentos sobre aplicações financeiras	17	(1.310)	(3.085)
Juros sobre empréstimos		767	2.365
Imposto de renda e contribuição social	18	2.020	1.939
Realização de impostos diferidos		(3)	(285)
		<u>17.516</u>	<u>14.424</u>
(Acréscimo) decréscimo de ativos:			
Contas a receber		(65)	1.034
Tributos a recuperar		(94)	460
Despesas antecipadas		-	(15)
Estoques		44	(42)
Outros créditos		<u>2</u>	<u>(18)</u>
		<u>(113)</u>	<u>1.419</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos:			
Fornecedores		(138)	180
Salários e encargos sociais a pagar		(71)	64
Tributos a recolher		(549)	(99)
Outras contas a pagar		<u>3.574</u>	<u>(3.192)</u>
		<u>2.847</u>	<u>(3.020)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>20.250</u>	<u>12.823</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(1.650)</u>	<u>(1.454)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>18.600</u>	<u>11.369</u>

SETE GAMELEIRAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(5.543)	(11.873)
Resgates de aplicações financeiras		40.824	14.372
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		35.281	2.499
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	9	(25.273)	(5.177)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	9	(720)	(2.158)
Pagamentos de passivo de arrendamentos	10	(312)	(287)
Pagamentos de dividendos	14	(14.995)	(5.426)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(41.300)	(13.048)
Acréscimo de caixa e equivalentes de caixa		12.581	820
Caixa e equivalentes de caixa:			
No final do período		15.426	2.845
No início do período		2.845	2.025
Acréscimo de caixa e equivalentes de caixa		12.581	820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SETE GAMELEIRAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

1.1. Objeto social

A Sete Gameleiras S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 7 de outubro de 2010, com sede na cidade de Recife/PE, e tem por objeto única e exclusivamente a implantação, exploração e comercialização, na qualidade de “produtora independente de energia elétrica” gerada a partir do potencial eólico denominado “EOL Sete Gameleiras”, localizado na cidade de Sento Sé, estado da Bahia.

Em 26 de agosto de 2010, a Companhia obteve por meio de participação no Leilão nº 7/2010, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o direito de comercializar a energia proveniente do empreendimento denominado EOL Sete Gameleira, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, com início de suprimento de energia elétrica a partir de 1º de janeiro de 2013.

1.2. Capacidade de produção e comercialização de energia elétrica

A Portaria Autorizativa nº 131 emitida pelo Ministério de Minas e Energia- MME em 28/02/11, autorizou a Companhia a estabelecer-se como “Produtor Independente de Energia Elétrica”, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada “EOL Sete Gameleira”, instalada no município de Sento Sé, estado da Bahia, com potência de 28,8 MW de capacidade instalada e 12,6 MW médios de garantia física de energia.

A ANEEL aprovou por meio do Despacho nº 2.358 de 03 de junho de 2011, o aumento na potência instalada da “EOL Sete Gameleira” para 30 MW com quinze aerogeradores de 2.0 MW.

A autorização concedida tem vigência por um período de 35 anos.

1.3. Estrutura do capital

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$2.017 (2024: R\$21.756), decorrente, principalmente, do saldo de provisão contratual para ressarcimento de receita de venda de energia não gerada. A companhia conseguiu reduzir seu déficit em R\$19.739 com a liquidação antecipada da dívida com o BNDES e obrigações com acionistas, fechando o exercício com um disponível de R\$15.426. A Administração entende que a geração de receita líquida da Companhia em 2026 (R\$27.374) não só reverterá a posição do capital circulante líquido demonstrada em 31 de dezembro de 2025, como irá gerar caixa adicional para a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

O exercício social da Companhia compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As Demonstrações Contábeis Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão em reunião da diretoria realizada em 22 de maio de 2026.

2.1. Reconhecimento de receita

Receita das operações

A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando: (i) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; (ii) todos os riscos e benefícios inerentes à venda de energia são transferidos para o cliente; (iii) a Companhia não detém mais o controle ou a responsabilidade sobre a venda de energia; e (iv) é provável que os benefícios econômicos serão gerados à favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto a sua realização.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é reconhecida utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é evidenciada como receita financeira, na Demonstração do Resultado do período.

2.2. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, respectivamente. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do Balanço.

A tributação sobre o lucro da Companhia tem por base o “Lucro Presumido”. Os tributos incidentes são reconhecidos e registrados com base no Princípio da Competência.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e (ii) valores a receber e a pagar apresentados conjuntamente com o valor dos impostos sobre vendas.

2.3. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia possui e mantém classificado nesta categoria é caixa e equivalentes de caixa.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

De acordo com a NBC TG 48, a Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para o futuro para todos os instrumentos de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado e ativos de contrato. A Administração revisou o cálculo de valor recuperável de seus ativos financeiros e não julgou necessário reconhecer qualquer perda estimada por redução ao valor recuperável de contas a receber.

ii) Passivos financeiros

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia são as outras contas a pagar.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, com prazo de vencimento inferior a 90 dias, em um montante conhecido de caixa, e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira ou investimento temporário, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento no curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.5. Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na Demonstração do Resultado do período, quando incorridos.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota Nota 8, definidas por meio de regulamentação da ANEEL, as quais levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

2.6. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição, no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas acumuladas para redução ao valor recuperável, quando incorridos e aplicáveis, respectivamente.

2.7. NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos

A Companhia possui contrato de arrendamento de terrenos onde foram instalados os aerogeradores, subestações, “bay” de conexão e demais equipamentos que compreendem o parque eólico da Companhia. Os efeitos do registro do ativo de direito de uso dos terrenos rurais e dos passivos de arrendamento, com base no valor presente dos pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), estão sendo apresentados nessas Demonstrações Contábeis.

2.8. Perda pela redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda estimada pela desvalorização do ativo, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa ao reconhecimento de qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado do período.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Provisão para desmobilização de ativos imobilizados

A provisão para desmobilização de ativos imobilizados é contabilizada de acordo com a NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ITG 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As provisões da Companhia referem-se a obrigações legais e foram determinadas com base nos custos estimados a incorrer na desmontagem e remoção dos aerogeradores e obras civis e demais equipamentos, quando do término do contrato de arrendamento das terras rurais.

2.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.11. Novos pronunciamentos e interpretações contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC como Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, são os seguintes:

Alterações nas normas contábeis com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2026, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração do Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, decorrentes da aplicação da IFRS 18/CPC 51, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC como NBC TG 51. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas Demonstrações Contábeis.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com datas de vigência estabelecidas em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fundo fixo de caixa	-	1
Contas bancárias	16	2.834
Aplicações financeiras	<u>15.410</u>	<u>10</u>
	<u>15.426</u>	<u>2.845</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas com remunerações que variam entre 90% e 101% (2024: 90% e 101%) da taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas operações possuem liquidez imediata.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras totalizavam R\$33.850 e eram representadas primordialmente por cotas em fundos de investimento de liquidez imediata. Tais ativos eram remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresenta saldo remanescente nestas aplicações.

5. CONTAS A RECEBER

Refere-se a contas a receber de clientes decorrentes da venda de energia elétrica. Essas contas a receber de clientes, no montante de R\$3.079 (2024: R\$3.014), são compostas substancialmente por valores vencidos em um prazo médio de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Administração da Companhia concluiu não haver necessidade de reconhecer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

6. PARTES RELACIONADAS

O quadro a seguir apresenta os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos nessas datas.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Passivo</u>		
Circulante:		
Fornecedores (a)		
Baraúnas IV Energética S.A.	-	30
Outras contas a pagar (a)		
Baraúnas IV Energética S.A.	<u>81</u>	<u>20</u>
	<u>81</u>	<u>50</u>

31/12/2025 31/12/2024

Resultado

Custo de venda de energia (a)	(634)	(372)
	<u>(634)</u>	<u>(372)</u>

- (a) As contas a pagar a partes relacionadas (classificadas como fornecedores e outras contas a pagar) decorrem de operações de compra de energia realizadas entre as empresas do Grupo Brennand Energia, do qual faz parte a Companhia.

7. DIREITO DE USO

Os contratos elegíveis pela Companhia para adoção da NBC TG 06 (R3) referem-se aos arrendamentos de terrenos rurais onde estão instalados os aerogeradores, subestações, “bay” de conexão e demais equipamentos que compreendem o parque eólico da Companhia.

Para esses contratos de arrendamento, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso e os respectivos passivos de arrendamento, conforme segue:

	Taxa média anual amortização	Saldo em 31/12/2024	Adições	Saldo em 31/12/2025
Direito de uso de terrenos	3,95%	2.881	-	2.881
(-) Amortização		(463)	(114)	(577)
		<u>2.418</u>	<u>(114)</u>	<u>2.304</u>

8. IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxas médias anuais de depreciação</u>	<u>Saldos em 31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldos em 31/12/2025</u>
Custo contábil:				
Edificações, obras civis e benfeitorias	2% a 3,33%	331	-	331
Móveis e Utensílios	3,33 % a 6,25%	113	-	113
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	117.470	-----	117.470
Total do custo		117.914	-	117.914
Total da depreciação acumulada		(62.081)	(5.286)	(67.367)
Total líquido		<u>55.833</u>	<u>(5.286)</u>	<u>50.547</u>

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Descrição</u>	<u>Encargos incidentes</u>	<u>Saldos em 31/12/2024</u>	<u>Juros e encargos</u>	<u>Pagamento de principal e juros</u>	<u>Saldos em 31/12/2025</u>
Financiamento de longo prazo	1,88% acima da TJLP	25.226	767	(25.993)	-
		<u>25.226</u>	<u>767</u>	<u>(25.993)</u>	<u>-</u>
Circulante		5.282			-
Não circulante		19.944			-

Em 2025, a Companhia procedeu com a liquidação integral e antecipada do contrato junto ao BNDES, originalmente previsto para encerrar em 2029. A operação, que contava com garantias fiduciárias e de saldo em aplicações, encontra-se totalmente quitada.

O fluxo de juros relativo ao período foi registrado sob atividades de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

10. PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

Os prazos dos contratos de arrendamento variam entre 35 e 40 anos, iniciados em 19 de agosto de 2008, podendo ser renovados automaticamente, desde que expressamente convencionado entre as partes, com pagamentos mensais, equivalentes a percentuais de 0,5% a 2% da receita líquida da Companhia. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

Os contratos foram considerados, no julgamento da Companhia, como arrendamentos essencialmente se eles transmitem o direito de controlar o uso dos ativos identificados por um período, em troca de contraprestações. O valor presente dos contratos foi calculado por taxas equivalentes à do custo de captação de empréstimos e financiamentos, junto a instituições financeiras, para construção de parques eólicos.

O vencimento dos pagamentos mínimos dos arrendamentos está descrito a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Circulante</u>		
Até um ano	<u>56</u>	<u>52</u>
	<u>56</u>	<u>52</u>
<u>Não circulante</u>		
2026	-	56
2027	61	61
2028	66	66
2029	71	72
2030	78	77
Após 2030	<u>2.432</u>	<u>2.432</u>
	<u>2.708</u>	<u>2.764</u>
Total	<u><u>2.764</u></u>	<u><u>2.816</u></u>

A movimentação das obrigações por arrendamentos está assim representada:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	2.816	2.587
Remensuração de arrendamentos	-	148
Juros	260	368
Pagamento anual	<u>(312)</u>	<u>(287)</u>
Saldo final	<u><u>2.764</u></u>	<u><u>2.816</u></u>

11. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ	384	500
CSLL	239	305
ICMS substituição tributária a pagar	189	189
PIS	38	37
COFINS	175	171
Outros tributos a recolher	<u>98</u>	<u>105</u>
Total	<u>1.123</u>	<u>1.307</u>

12. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO

A Companhia possui obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais.

O passivo foi inicialmente mensurado ao justo valor e, posteriormente, é ajustado a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmontagem e remoção do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão amortizados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Para determinação do ajuste a valor presente da provisão para desmobilização foi utilizada a taxa de desconto de 12,80% a.a.

13. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A Companhia possui contratos de longo prazo para a venda de energia, os quais são regulados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e preveem que as variações observadas na energia gerada serão recebidas ou pagas pela Companhia ao final de cada ciclo quadrienal.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia reconheceu obrigação decorrente da quantidade de energia gerada a menor no período compreendido entre a data de início do suprimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (ocorrido em 1º de janeiro de 2022) e 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$22.292, dos quais R\$18.922 estão classificados em outras contas a pagar no passivo circulante e R\$3.370, classificados em outras contas a pagar no passivo não circulante (R\$18.721 em 31 de dezembro de 2024, classificado no passivo circulante).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$36.159 (2024: R\$36.159), representado por 22.343.015 ações ordinárias com valor contábil médio de emissão de R\$1,62 por ação. A totalidade das ações pertence à acionista Brennand Energia S.A.

b) Reservas de lucros

i) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido anual conforme previsto na legislação societária vigente, limitada a 20% do capital social.

ii) Dividendos adicionais propostos

Em 10 de junho de 2025, os acionistas aprovaram, por meio de Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de dividendos, no montante de R\$5.187, referentes à parcela remanescente do lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2024.

Em 27 de novembro de 2025, a Administração, por meio de reunião, aprovou o pagamento de dividendos intercalares, no montante de R\$8.078, correspondentes ao lucro auferido no período compreendido entre 1º de janeiro a 30 de setembro de 2025. Esses dividendos pagos pela Companhia superaram os dividendos mínimos obrigatórios, sendo considerados, portanto, como dividendos adicionais.

A Administração submeterá à aprovação dos acionistas, por meio de Assembleia Geral, a proposta de distribuição de dividendos adicionais, no montante de R\$1.314 referentes à parcela remanescente do lucro líquido do período corrente.

c) Destinação dos lucros

O Estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do período, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do período	9.886	7.821
Reserva legal - 5%	<u>(494)</u>	<u>(365)</u>
Base de cálculo para distribuição	9.392	6.916
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u><u>2.348</u></u>	<u><u>1.729</u></u>

A movimentação dos dividendos propostos e a pagar é a seguinte:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	1.730	5.426
Dividendos adicionais aprovados de anos anteriores	5.187	-
Aumento de capital social	-	(2.442)
Dividendos intercalares - mínimos obrigatórios	2.348	1.729
Dividendos intercalares - adicionais propostos	5.730	2.443
Dividendos pagos	<u>(14.995)</u>	<u>(5.426)</u>
Saldo final	<u><u>-</u></u>	<u><u>1.730</u></u>

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita operacional bruta:		
Vendas de energia	33.788	26.230
Receita crédito de carbono	<u>-</u>	<u>2.065</u>
	33.788	28.295
Impostos e deduções sobre as vendas	<u>(1.231)</u>	<u>(962)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>29.300</u></u>	<u><u>27.333</u></u>

16. CONCILIAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS POR FUNÇÃO E NATUREZA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Por função:		
Custos da venda de energia	(17.938)	(17.145)
Gerais e administrativas	(347)	(1.047)
Outras despesas operacionais	<u>-</u>	<u>(1)</u>
	<u><u>(18.285)</u></u>	<u><u>(18.193)</u></u>

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Por natureza:		
Pessoal	(2.154)	(2.517)
Depreciação e amortização	(5.286)	(5.287)
Amortização de direito de uso	(114)	(114)
Materiais	(60)	(5)
Serviços de terceiros	(7.293)	(7.322)
Energia elétrica para revenda	(634)	(372)
Encargos de conexão/uso do sistema	(2.121)	(1.983)
Outras despesas	(623)	(593)
	<u>(18.285)</u>	<u>(18.193)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	2.806	3.154
Outras receitas financeiras	145	210
	<u>2.951</u>	<u>3.364</u>
Despesas financeiras:		
Variação monetária	(377)	(97)
Tarifas bancárias	(162)	(13)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(767)	(2.365)
Ajuste a valor presente - provisão para desmobilização	(496)	(440)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(260)	(368)
	<u>(2.062)</u>	<u>(3.283)</u>
Resultado financeiro	<u>889</u>	<u>81</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro apresentados na Demonstração do Resultado apresentam a seguinte reconciliação à alíquota efetiva:

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Receita bruta de venda de energia	33.788	33.788	34.169	34.169
Alíquota de presunção do imposto - venda de energia	<u>8%</u>	<u>12%</u>	<u>8%</u>	<u>12%</u>
	2.703	4.055	2.734	4.100
Receita financeira	2.951	2.951	3.364	3.364
Parcela de dedução	<u>(240)</u>	<u>-</u>	<u>(240)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo Lucro Presumido	<u>5.414</u>	<u>7.006</u>	<u>5.858</u>	<u>7.464</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.390	630	1.352	587
Alíquota efetiva	26%	9%	23%	8%

19. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos de longo prazo estabelecidos a partir da venda de energia contratada no Leilão de Fontes Alternativas (LFA), realizado pela ANEEL em 26 de agosto de 2010. Com contratos de fornecimento para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2032. Esses contratos são acompanhados e regulados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE.

A Companhia prevê que a comercialização de energia para os exercícios futuros será equivalente a sua geração histórica que é equivalente à sua garantia física, resultando nas seguintes previsões para os compromissos a serem assumidos pela Companhia:

<u>Ano</u>	<u>Quantidade de MWh</u>
2026	110.376
2027	110.376
2028	110.378
2029	110.376
2030	110.376
2031 até o final da autorização/concessão	1.674.389
	<u>2.226.371</u>

Para compromissos relacionados com arrendamentos de terrenos, vide Nota 10.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, passivos de arrendamento, dividendos e outras contas a pagar.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía em aberto operações de “hedge”, “swap” ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativo.

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a dividendos a pagar a acionistas e contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia não contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Considerando que a Companhia está inserida na cadeia de comercialização de energia elétrica, a ocorrência deste risco pode manifestar-se eventualmente através da regulamentação da política de preços por parte dos órgãos reguladores. Essa possibilidade é considerada remota na opinião da Administração.

Risco de taxas de juros

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos e a qualidade do crédito é avaliada para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência e os contratos de venda costumam ter garantias firmadas ou outras formas de seguro de crédito.

A necessidade do reconhecimento de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes.

Risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo principal a utilização de recursos oriundos apenas do seu fluxo de caixa operacional e/ou oriundos de partes relacionadas, deixando para recorrer a empréstimos bancários de longo prazo apenas quando os seus fluxos de caixa operacionais e/ou recursos oriundos intragrupo forem insuficientes para fazer frente às suas necessidades de caixa e financiamento.

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguro para risco operacional, com importância segurada (LMGA - Limite Máximo de Garantia da Apólice) de R\$664.013, para todas as empresas/usinas Eólicas do Grupo Brennand Energia.

Adicionalmente, a Companhia mantém cobertura de seguro para responsabilidade civil com importância segurada (LMGA - Limite Máximo de Garantia da Apólice) de R\$35.000 para todas as empresas/usinas Eólicas dos Grupos Brennand Energia e Brennand Investimentos, abrangendo na condição de cosseguradas, todas as suas subsidiárias que estão em operação comercial.

O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2025 é considerado suficiente pela Administração, amparada na opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.